



Senado retoma discussões da pauta prioritária

Minirreforma eleitoral, que será analisada quarta-feira na CCJ, está entre os temas da agenda. Renan pediu mais indicações de votações aos presidentes das comissões



Presidente do Senado, Renan destaca a importância da agenda positiva do Congresso e cobra rapidez na tramitação

Além das novas regras que podem valer já para as eleições de 2014, o Senado pretende votar este mês outros temas que atendem as manifestações das ruas, como tipificação

do crime de desaparecimento forçado, que se aplicaria ao caso do pedreiro Amarildo, no Rio. Amanhã volta a ser discutida a cassação automática de parlamentar condenado, que pode ser votada dia 10. **3**



Vanessa e Casildo participam de audiência para mapear situação ambiental em SC

Eventos climáticos requerem boa preparação e resposta

Em audiência da Comissão de Mudanças Climáticas, parlamentares frisaram

a importância de criar uma cultura de antecipação aos desastres naturais. **4**



Gurgacz e Raupp criticam contingenciamento dos recursos que iriam para Rondônia

Recursos da Sufrema não chegam a Guajará-Mirim

Falta de prioridade na destinação de recursos para a Área de Livre

Comércio de Guajará-Mirim (RO) foi debatida em audiência da CRA. **4**

Senadores visitam transposição do São Francisco

A comissão externa do Senado que acompanha as obras de transposição de águas do Rio São Francisco

promoveu audiência sexta-feira, em Pernambuco. Antes, Vital do Rêgo e Humberto Costa visitaram trechos da

obra no estado. Os senadores consideraram positiva a oportunidade de ouvir as demandas da sociedade. **4**



Humberto Costa (E) e Vital do Rêgo (2ª à esq.) avaliam obras de revitalização do Rio São Francisco em Custódia (PE), antes da audiência pública em Serra Talhada (PE)

Mediação pode resolver conflitos extrajudiciais do poder público 2

Parlamentares criticam decisão sobre deputado federal preso 3

Modernização da aviação civil é tema de audiência 4



Siga Brasil

É simples acessar



Criado pelo Senado, o **Siga Brasil** é um sistema de informações sobre **orçamento público** que permite acesso amplo e facilitado a diversas bases de dados da administração federal.

Saiba mais em: www.senado.leg.br/sigabrasil

Senado + transparente. A informação ao seu encontro.



Proposta de comissão incluirá o instrumento para solucionar controvérsias que ainda não foram para a Justiça envolvendo a administração pública e particulares; mudança desafogaria tribunais

Mediação poderá resolver conflitos do poder público

AO REGULAMENTAR A mediação, a nova Lei de Arbitragem poderá permitir que o mecanismo seja utilizado na superação de conflitos entre entes públicos e particulares. A solução foi admitida na sexta-feira pela comissão de juristas criada pelo Senado para propor a atualização da lei hoje em vigor, de 1996.

A informação foi transmitida pelo presidente da comissão, ministro Luis Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Confirmada a medida, ficará para trás a situação em que, mesmo em casos simples, a advocacia pública sempre se debate na Justiça por conflitos com pessoas ou empresas. A persistência decorre da restrição legal a acordos, baseada na ideia de que a administração não pode abrir mão de direito público.

— Vamos liberar e abrir a comporta. É exatamente a nossa ideia — afirmou o ministro.



Ministro do STJ, Salomão quer entregar relatório até 30 de setembro

No quadro de abarrotamento do Judiciário, o poder público ocupa lugar de destaque, participando de 50% dos processos. Aparecendo em 22,33% das demandas, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) figura como o maior litigante.

— Acordos por meio da mediação extrajudicial podem trazer uma solução eficaz para desafogar a Justiça — disse.

Salomão explicou que a intenção não é a liberação irrestrita de acordos entre órgãos públicos e particulares.

A autorização legal será possível para determinados tipos de conflitos, em condições que deverão ser regulamentadas.

Ainda a respeito da mediação, o ministro informou que a comissão só está tratando da mediação extrajudicial — quando a demanda ainda não foi judicializada. A mediação no âmbito judicial já é regulada pelo Código de Processo Civil.

A intenção é que a proposta seja pouco abrangente ao tratar da mediação no campo das relações privadas. De acordo com o ministro, o mercado é que deve estabelecer regras.

Em audiências realizadas pela comissão, debatedores defenderam a livre escolha do mediador e a não vinculação desses profissionais a cadastros. A contratação de advogado seria opcional.

Salomão afirmou que os trabalhos da comissão estão adiantados e que será possível entregar o anteprojeto ao Senado em 30 de setembro.

Lei de Licitações tem nova audiência hoje

A comissão temporária formada para modernizar a Lei 8.666/1993 realiza hoje mais uma audiência pública. Os convidados vão apresentar sugestões aos senadores que trabalham na atualização do diploma legal que rege a realização de contratos e licitações pela administração pública.

Para a reunião desta semana,

foram convidados, entre outros, Frederico Rabello, do Banco Mundial; Gileno Gurjão Barreto, da PricewaterhouseCoopers; o ex-deputado Luis Roberto Ponte; Paulo Ziulkoski, presidente da Confederação Nacional dos Municípios; e Mauro Ricardo Rocha, secretário da Fazenda de Salvador.

Nessa primeira fase de atividades, o colegiado está realizando audiências, sempre às segundas-feiras, às 18h. Na segunda fase de trabalho, a comissão irá estudar as sugestões e críticas apresentadas e compará-las com os projetos que tramitam no Congresso sobre o assunto, além de elaborar a minuta de um projeto de lei.

Em debate, criação de polícia carcerária

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) debaterá hoje o sistema prisional brasileiro. Entre os temas que devem ser discutidos, está a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 308/2004, que cria as polícias penitenciárias federal e estaduais.

A matéria é defendida pelos

sindicatos de servidores penitenciários e criticada por setores como a Pastoral Carcerária, ligada à Igreja Católica.

A PEC aguarda aprovação pelo Plenário da Câmara antes de ir para o Senado. Para a pastoral, embora seja importante a regulamentação do salário, da carga horária e de outras condições de trabalho, a reforma

deve ser feita sem que mais um órgão policial seja criado.

No entendimento da pastoral, o dever de custodiar é incompatível com o de investigar e a instituição de uma polícia penitenciária dificultaria o controle externo do sistema prisional.

A audiência pública foi requerida por Paulo Paim (PT-RS).

Comissão volta a discutir Marco Civil da Internet

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) fará amanhã, às 8h15, uma audiência pública para debater a proposta de Marco Civil da Internet. Os cidadãos poderão participar (*veja ao lado*).

PARTICIPE AMANHÃ ÀS 8h15

- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/CCT2MarcoInternet>
- ▶ **Portal e-Cidadania:** www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ **Facebook:** [eCidadaniaSF](https://www.facebook.com/eCidadaniaSF)
- ▶ **Twitter:** [@e_cidadania](https://twitter.com/e_cidadania)
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Pronunciamentos

14h Sem votação de projetos, a sessão de hoje é não deliberativa.

PRESIDÊNCIA Educação profissional

10h Renan Calheiros participa de reunião da Associação dos Municípios Alagoanos; às 19h, 37ª Reunião dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica. Ambas em Maceió.

CDH Sistema prisional

9h Debate sobre a realidade do sistema prisional brasileiro e a indispensável garantia dos direitos e conquistas, na Comissão de Direitos Humanos.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO Debate

11h30 Discussão sobre a audiência pública realizada com representantes da Ancine, da Anatel e do Cade. Debate sobre coordenação das comissões temáticas do Conselho de Comunicação Social.

CI Aviação civil

18h Debate sobre governança e evolução da aviação civil, dentro do ciclo sobre investimento e gestão logística no país.

LEI DE LICITAÇÕES Audiência

18h Audiência da Comissão de Modernização da Lei de Licitações e Contratos.

CAE Dívidas

10h A comissão avalia operação de crédito entre a Bahia e o BID. Às 11h30, audiência para debater dívidas de estados e municípios terá entre os convidados o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin.

CPI DA ESPIONAGEM Instalação

10h45 Instalação e eleição de presidente e vice-presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Espionagem.

CE Bibliotecas

11h Projeto que torna obrigatória a criação e manutenção de bibliotecas em todas as instituições públicas de ensino.

CMMC Convenção-quadro

14h30 Audiência pública com embaixadores brasileiros que atuam nas negociações da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima, responsável pelo novo acordo global do clima.

CMO LDO

15h A Comissão Mista de Orçamento se reúne para discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

MANUAL Lançamento

18h30 Lançamento do Manual de Organização de Eventos do Senado, na Biblioteca.

TERÇA

CCT Internet

8h15 Marco Civil da Internet é tema de debate na audiência interativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

CMA Liberação de recursos

8h30 A Câmara Legislativa do Distrito Federal, as assembleias legislativas e as câmaras municipais deverão ser notificadas da liberação de recursos federais para o DF, estados e municípios. É o que determina projeto em análise.

QUARTA

CI Aviação

7h30 Audiência debate segurança operacional e crescimento da aviação civil brasileira. A comissão também avalia redução de tarifa de energia para baixa renda.

CAS Aposentados

9h Na pauta, projeto prevê a venda de medicamentos a preço de custo a aposentados.

CCJ Eleições

10h Proposta de minirreforma eleitoral deverá ser votada pela comissão.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário:** <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões:** <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Direitos Humanos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Entre 16 e 20 de setembro, projetos de lei que atendem o clamor das manifestações populares serão votados pelos senadores em novo período de esforço concentrado

Minirreforma eleitoral dá sequência à pauta prioritária do Senado

A PAUTA PRIORITÁRIA do Senado, que já produziu sete leis e uma resolução, foi retomada semana passada com novos temas, como a minirreforma eleitoral e a tipificação do crime de desaparecimento forçado. O presidente da Casa, Renan Calheiros, se reuniu com os presidentes de comissões para receber indicações de propostas a serem incluídas no esforço concentrado de 16 a 20 de setembro.



Presidentes de comissões sugerem a Renan projetos para o esforço concentrado

Planejada para valer já nas eleições de 2014, a proposta de minirreforma eleitoral (PLS 441/2012), elaborada pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR), deve ser votada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na quarta-feira.

A inclusão do desaparecimento forçado no Código Penal, como crime hediondo, está prevista no PLS 245/2011, de Vital do Rêgo (PMDB-PB), que foi aprovado dia 27 pelo Plenário e seguiu para a Câmara. O desaparecimento forçado pode ser sequestro ou aprisionamento ilegal pela

Viraram leis

- **PLC 11/2013** — Sistema Nacional de Combate à Tortura, convertido na **Lei 12.847/2013**
- **PLS 150/2006** — Definição de organização criminosa, convertido na **Lei 12.850/2013**
- **PLS 240/2013 (Complementar)** — Rateio de recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE), convertido na **Lei Complementar 143/2013**
- **PLS 129/2012** — Mudança na arrecadação de direitos autorais pelo Ecad, convertido na **Lei 12.853/2013**
- **PLC 39/2013** — Responsabilização da pessoa jurídica por corrupção, convertido na **Lei 12.846/2013**
- **PLC 3/2013** — Atendimento integral pelo SUS às mulheres vítimas de violência sexual, convertido na **Lei 12.845/2013**
- **PLC 98/2011** — Estatuto da Juventude, **Lei 12.852/2013**

polícia. É uma resposta do Senado a eventos que causaram comoção popular, como o sumiço do pedreiro Amarildo

de Souza, em julho, no Rio. Desde o início da pauta prioritária, motivada pelas manifestações populares de

junho, sete projetos aprovados pelo Senado foram transformados em leis sobre temas como atendimento no SUS a mulheres vítimas de violência sexual, responsabilização da pessoa jurídica por corrupção, criação do Sistema Nacional de Combate à Tortura e punição de organização criminosa. Transformaram-se em leis também os projetos sobre o Estatuto da Juventude, alteração na arrecadação de direitos autorais pelo Ecad e novo critério de rateio do Fundo de Participação dos Estados.

Além disso, o Senado aprovou um projeto — que aguarda sanção presidencial — sobre destinação de royalties para educação e saúde e adotou uma resolução ampliando as oportunidades para participação popular no processo legislativo da Casa. Várias outras propostas foram aprovadas e enviadas à Câmara, como a que reduz de dois para um o número de suplentes de senador e a que torna a corrupção crime hediondo.

Cassação de político condenado volta a ser debatida amanhã

A discussão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/2013, que determina perda imediata do mandato de parlamentar condenado, em sentença definitiva, por improbidade administrativa ou crime contra a administração pública segue esta semana no Senado. Amanhã os senadores farão a segunda sessão de debate, para a votação final durante o esforço concentrado. Quarta e quinta-feira haverá a terceira e a quarta sessões de discussão da PEC. Dia 10, logo depois da quinta sessão, a PEC poderá ser votada.

De autoria de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), a PEC ficou de fora das primeiras votações da pauta prioritária, em julho, mas ganhou força quando a Câmara decidiu, dia 28, rejeitar a cassação do deputado Natan Donadon, condenado pelo Supremo Tribunal Federal por peculato e formação de quadrilha e que se encontra preso na penitenciária da Papuda, no Distrito Federal.

De acordo com a PEC, a cassação passa a ser imediata, mediante comunicação da Justiça após o “trânsito em julgado”, quando não resta mais possibilidade de recursos. Para o relator na CCJ, Eduardo Braga (PMDB-AM), a aprovação da proposta impedirá que esse tipo de situação se repita no Poder Legislativo.



Proposta de Jarbas ganhou força após a Câmara poupar Donadon

Senadores pedem à Câmara agilidade nas votações

Sete propostas aprovadas pelo Senado aguardam decisão da Câmara. Uma delas está pronta para ser votada no Plenário desde julho: a transformação de corrupção em crime hediondo — PLS 204/2011, de Pedro Taques (PDT-MT).

— Votamos quase 40 proposições naquele esforço, é muito importante que elas tramitem rápido — disse Renan.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) sugeriu formar uma comissão de líderes do Senado para dialogar com a Câmara.

— É importante votarmos, mas as matérias têm parado na Câmara — criticou o senador.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) aponta falta de vontade política. A demora, para ele,

faz o Congresso se mostrar dissonante da vontade das ruas. — São pautas óbvias, que

têm o apoio da população e que precisam ser votadas — defendeu.

Rollemberg é autor da PEC 3/2011, que facilita a apresentação de projetos de lei de iniciativa popular. Aprovada em julho pelo Senado, a PEC é uma das que aguardam votação na Câmara.

Os senadores têm cobrado também a aprovação da PEC 11/2011, de José Sarney (PMDB-AP), que distribui melhor o tempo de análise das medidas provisórias entre Câmara e Senado e tenta acabar com “penduricalhos” — temas alheios à essência da MP.

À espera dos deputados

- **PLS 204/2011**, de Pedro Taques (PDT-MT), torna hediondos vários crimes cometidos contra a administração pública, entre eles, a corrupção ativa e a passiva
- **PEC 3/2011**, de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), facilita a apresentação de projetos de lei de iniciativa popular
- **PEC 53/2011**, de Humberto Costa (PT-PE), torna mais severa a punição para juízes e integrantes do Ministério Público que tiverem cometido falhas graves, como envolvimento com corrupção
- **PLS 245/2011**, de Vital do Rêgo (PMDB-PB), tipifica o crime de desaparecimento forçado
- **PEC 11/2013**, de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), reduz de dois para um o número de suplentes de senador e proíbe a eleição de cônjuge ou parente para o cargo
- **PEC 6/2012**, de Pedro Taques (PDT-MT), prevê a exigência de ficha limpa para servidores públicos
- **PLS 105/2011**, de Ciro Nogueira (PP-PI), permite a inclusão de advogados no Simples

Manutenção de mandato de deputado preso provoca reações

A decisão da Câmara de manter o mandato do deputado condenado e preso Natan Donadon (sem partido-RO) dominou os discursos no Plenário do Senado na sexta-feira.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) lamentou o ocorrido e defendeu a aprovação de proposta de emenda à Constituição que torna o voto aberto no Parlamento.

Para Simon, a Câmara “absolveu o presidiário querendo abrir caminho para os outros deputados” condenados pelo STF no processo do mensalão — Pedro Henry, João Paulo Cunha e Valdemar Costa Neto.

Dessa forma, segundo Simon, eles poderão trilhar o mesmo caminho e não ter, em Plenário, os mandatos cassados quando transitar em julgado a Ação Penal 470.

João Capiberibe (PSB-AP) defendeu o fim do voto secreto

e a perda automática de mandato de parlamentar após condenação judicial transitada em julgado.

Capiberibe disse que a decisão da Câmara ajuda a desqualificar a política brasileira e a colocar todos os parlamentares

nessa desqualificação:

— Não é possível aceitar a desqualificação de todos porque isso é o que desejam aqueles que têm como estratégia desqualificar a democracia — disse.

O senador Paulo Paim

(PT-RS) afirmou que a votação imediata da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 20/2013, de sua autoria, que prevê a adoção de voto aberto para todas as decisões do Congresso Nacional, ajudaria a evitar situações constrangedoras para o Senado e a Câmara como a manutenção do mandato de um parlamentar condenado em última instância.

— O voto secreto é que permite esse tipo de barbaridade. Como é que nós não temos coragem de acabar de uma vez por todas com o voto secreto? — questionou.



Para Simon, absolvição abre caminho para acusados da Ação Penal 470



Capiberibe afirma que decisão constrange todos os parlamentares



Paim pede coragem para acabar com o voto secreto no Congresso

Em Pernambuco, senadores debatem transposição do Rio São Francisco

Após visita a trechos da obra no município de Custódia, comissão externa do Senado fez audiência na Câmara Municipal de Serra Talhada

COM VITAL DO Rêgo (PMDB-PB) e Humberto Costa (PT-PE), a comissão externa do Senado que acompanha as obras de transposição do Rio São Francisco promoveu debate sexta-feira em Pernambuco. Antes da audiência pública, na Câmara Municipal de Serra Talhada, os senadores visitaram trechos da obra no município de Custódia.

Relator da comissão e autor da proposta da audiência — à qual também compareceram políticos da região e representantes do Ministério da Integração e da Procuradoria-Geral da República —, Humberto disse ser necessário ouvir as demandas da sociedade.

— Tivemos um evento muito positivo porque, especialmente em uma época como essa,



Com Vital (E), Humberto (3º à esq.) visita obra e diz que é preciso ouvir sociedade

em que sofremos com a seca, sabemos como é importante fazer com que, o mais rápido possível, a gente tenha água nas torneiras da população sertaneja — afirmou.

Presidente da comissão,

Vital também defendeu o trabalho do colegiado.

— O Senado precisava dar um sinal de alerta de que não poderíamos ficar sem prazo e um cronograma específico.

Instalada em 2012, a

comissão tem cinco senadores titulares e cinco suplentes. Em 7 e 8 de março, visitou obras da transposição no chamado eixo norte, ouvindo membros do governo federal, representantes de órgãos de controle e das empresas envolvidas na construção.

Em 19 de abril, a comissão visitou o eixo leste da obra, em Floresta (PE), Sertânia (PE) e Monteiro (PB). Naquela região, as obras começaram em 2008, mas apresentaram vários problemas que levaram a atrasos. Na ocasião, Humberto informou em Plenário que, segundo o novo calendário previsto pelo Ministério da Integração Nacional, até setembro de 2014 deverão ser entregues 100 quilômetros de canal com água.

Parlamentares querem ampliar recursos para prevenção de desastres

A Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas (CMMC) promoveu audiência pública sobre desastres naturais, na sexta-feira, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc). O evento integra uma série de debates promovidos pela comissão para mapear a realidade ambiental dos estados e as medidas tomadas para reduzir os problemas causados por eventos climáticos.

A presidente da CMMC, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), destacou que as pesquisas sobre mudanças climáticas indicam que eventos extremos se tornarão cada vez mais frequentes, criando a necessidade de uma política nacional de resposta a eventos, com foco na prevenção.

— Nosso país tem um passivo histórico em defesa civil, onde não há uma cultura de preparação — afirmou a senadora.

Casildo Maldaner (PMDB-SC) lembrou que tramita no Senado projeto que visa estabelecer imposto de 1% nos contratos feitos por operadoras de seguros para gerar mais recursos para aplicar no setor.

— Esses recursos seriam direcionados à União, aos estados e municípios para estruturar os órgãos de defesa civil — disse o senador.

O deputado federal Sarney Filho (PV-MA) afirmou que, em 2009, o país investiu dez vezes mais em reparação dos efeitos dos desastres do que em prevenção.

O deputado Esperidião Amin



Senadores Vanessa (3º à esq.) e Casildo (5º à esq.) durante audiência em Florianópolis

(PP-SC) afirmou que, além de prejuízos, os eventos climáticos extremos trazem ensinamentos, como a necessidade de criação de planos diretores nos municípios.

O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco

Antonio Raupp, relatou que, em 2011, foi criado o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais para produzir conhecimentos científicos e tecnológicos sobre as áreas de risco.

(Com Agência Alesc)

Senadores cobram mais investimentos da Suframa em Rondônia

Em audiência pública promovida na sexta-feira pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), na cidade de Guajará-Mirim (RO), o vice-presidente do colegiado, Acir Gurgacz (PDT-RO), e Valdir Raupp (PMDB-RO) cobraram a ampliação dos investimentos da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) na Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim.

Localizada em Rondônia, na fronteira com a Bolívia, a área de livre comércio é administrada, com outras áreas de livre comércio da região amazônica, pela Suframa.

Raupp reclamou da prioridade que a Suframa tem dado à Zona Franca de Manaus para a aplicação de recursos.

— A Suframa sempre concentrou os investimentos em Manaus e, na época do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, começou a distribuir seus recursos para outros estados da Amazônia Ocidental. Por algum tempo isso continuou, mas agora parou mais uma vez — disse o senador.

Expondo as razões da austeridade, o superintendente da Suframa, Thomaz Afonso Nogueira, apontou o contingenciamento de verbas pelo governo federal como uma das principais dificuldades encontradas pela Suframa para aumentar os investimentos na área.

De acordo com Nogueira, dos R\$ 480 milhões arrecadados



Raupp (2º à esq.) e Gurgacz (C) debatem situação de área de livre comércio em Rondônia

em 2012, a título de taxas de serviços administrativos, R\$ 300 milhões não foram disponibilizados para a instituição.

Em aparte à exposição do superintendente da Suframa, Acir Gurgacz considerou injustificável a retenção de uma

parcela tão significativa de recursos.

— Não podemos deixar que todo esse dinheiro seja utilizado para compor superávit primário e não seja investido em nossa região amazônica — disse.

Comissão faz audiência sobre modernização da aviação brasileira

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) promove hoje, às 18h, audiência pública para debater o gerenciamento, a modernização e a ampliação da aviação brasileira. A governança e os principais obstáculos para o setor também estarão em pauta no debate, realizado a pedido do presidente da comissão, Fernando Collor (PTB-AL).

O ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil, Moreira Franco, é um dos convidados.

A reunião faz parte do ciclo de audiências públicas Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do país. Problemas na logística e falta de investimentos em infraestrutura têm sido apontados pelos senadores como fatores que comprometem o crescimento do Brasil.

Em junho, após levantamento da CI, projetos executivos deficientes e exagero na atuação de órgãos de fiscalização foram apontados como dois dos maiores entraves para a conclusão de obras e a consequente melhoria da infraestrutura no país.

Educação básica deve ser custeada pela União, diz Cristovam

Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu a federalização da educação básica, o que tornaria o governo responsável pelos investimentos. Para isso, pediu a aprovação de Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2013, de autoria dele.

Cristovam disse ter o sonho de que todos os brasileiros estudem em escolas de qualidade. Na visão do senador, os anseios do país só podem ser concretizados se houver investimento prioritário na educação básica — o que, para ele, só o governo federal tem condições de fazer.

— Tenho o sonho de que todos os filhos de minha pátria viverão em uma nação onde não serão educados conforme a renda dos pais. Tenho um sonho de que serão educados por um sistema educacional com a mesma qualidade, de que os filhos dos trabalhadores estudarão nas mesmas escolas dos filhos dos patrões, que os filhos das favelas estudarão nas mesmas escolas de qualidade dos filhos dos condomínios.